

LEGISLATIVO

NOTÍCIAS

RIO GRANDE DO NORTE
SEGUNDA-FEIRA
10 de junho de 2024

INFORME PUBLICITÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

SUSTENTABILIDADE

Audiência discute
destinação de
resíduos sólidos

PÁGINAS 10 e 11

Foto: João Gilberto



Poder Legislativo tem apresentado leis que buscam atenuar os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência

CAMPANHA DE COMBATE AO CAPACITISMO É LANÇADA PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RN

OBJETIVO É CONSCIENTIZAR SOBRE PRECONCEITO CONTRA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, SEJA FÍSICA, MENTAL, INTELLECTUAL OU SENSORIAL

PÁGINAS 2 E 3

PRODUTIVIDADE	ATENDIMENTO	CULTURA	E-LEGIS
Comissões aprovaram 327 projetos no primeiro semestre PÁGINAS 4 e 5	Promulher ganha espaço próprio e facilita acesso aos serviços PÁGINAS 8 e 9	ALRN abre nova exposição com obras de Xico Santeiro PÁGINAS 12 e 13	Tecnologia da informação da Assembleia é destaque internacional PÁGINA 14

Foto: João Gilberto



Ativista potiguar e influenciador digital com mais de meio milhão de seguidores, Ivan Baron, protagoniza a campanha

Assembleia do RN lança campanha de combate ao Capacitismo

Conscientizar as pessoas sobre temas em debate na sociedade é uma das propostas da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, que lança no próximo dia 12 de junho, às 9h, no auditório da Casa, a campanha de combate ao Capacitismo. O termo expressa o preconceito contra pessoas com deficiência, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial.

“É preciso conscientizar as pessoas sobre o tema. O Rio Grande do Norte é um dos estados do Brasil com o maior número de pessoas com deficiência e, por isso, estamos destacando a importância de enfrentar o tema e acabar de vez com o preconceito”, destaca o presidente Ezequiel Ferreira, idealizador da campanha.

Ao longo dos últimos anos, a Assembleia Le-

gislativa tem atuado de maneira ativa na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, buscando também mudar a cultura do capacitismo na sociedade, que, apesar de ser um termo recente, sempre existiu.

Além das discussões sobre o tema, o Legislativo tem apresentado leis que buscam atenuar os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência. São mais de 60

leis feitas pelos deputados estaduais.

Já são leis no Rio Grande do Norte, por exemplo, as sanções administrativas às pessoas que discriminarem indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assim como também são previstas sessões de cinema adaptadas às pessoas com TEA. Também por iniciativa da Assembleia Legislativa, o Rio Grande do Nor-

te passou a ter o “Selo + Acesso”, concedido às empresas que proporcionam inclusão e acessibilidade, além de ter sido obrigatória a instalação de sinalização tátil e sonora em prédios de uso coletivo e público.

Recentemente foi sancionada a lei, de autoria do deputado Ubaldo Fernandes (PSDB), que aumenta de 5% para 10% a reserva de vagas para pessoas com



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa

CAMPANHA

O ativista potiguar e influenciador digital com mais de meio milhão de seguidores, Ivan Baron, protagoniza a campanha, que terá peças publicitárias em diferentes meios de comunicação. Ao lado dele, os gêmeos Ângelo e Augusto, também potiguares e que vivenciam os desafios das pessoas com deficiência.

O capacitismo é uma forma de preconceito ainda pouco debatida na sociedade e, mesmo assim, muito comum. Muitas vezes, o capacitismo aparece disfarçado, acionado pela repetição de um senso comum e, por isso, tende a não ser percebido e questionado. Em outros casos, quando o capacitismo é óbvio e visível, mostra o quanto esse preconceito ainda é naturalizado como se fosse aceitável ou inevitável.

Considerado um tema moderno e pioneiro na legislação do país, as peças publicitárias têm como tema: “Capacitismo: informe-se. Aprenda. Não faça”, e chamam a atenção para que as pessoas não usem expressões capacitistas, desumanizando a pessoa com deficiência. No Rio Grande do Norte, quase 30% das pessoas têm algum tipo de deficiência, de acordo com o mais recente censo do IBGE.

Para a psicóloga e servidora da ALRN, Helga Torquato, o tema merece atenção, já que é comum que as pessoas usem expressões capacitistas, um preconceito que precisa ser combatido. “A Lei Brasileira de Inclusão garante direitos das pessoas com deficiência, e o principal deles é o respeito”, comenta a psicóloga.

A ideia da campanha é chamar a atenção das pessoas e tem formato inovador com letterings na tela e a concepção das peças que contam com QR code. A mídia estará presente em televisões, rádios, jornais, revistas e meios eletrônicos de comunicação. Além disso, serão feitas reportagens sobre o tema e exibidas na TV Assembleia e nas redes sociais da Casa. Nas peças publicitárias produzidas pela agência Base Propaganda e Diretoria de Comunicação, as inovações incluem intérpretes de libras e atores que vivenciam o capacitismo no dia a dia, como Ivan Baron e os gêmeos Ângelo e Augusto.

Acesse o site da Assembleia em www.al.rn.leg.br e siga @assembleiarn para saber mais sobre a campanha.



O RIO GRANDE DO NORTE É UM DOS ESTADOS DO BRASIL COM O MAIOR NÚMERO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E, POR ISSO, ESTAMOS DESTACANDO A IMPORTÂNCIA DE ENFRENTAR O TEMA E ACABAR DE VEZ COM O PRECONCEITO

EZEQUIEL FERREIRA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RN

em ambientes de uso coletivo acompanhada de um animal de apoio emocional.

A deputada Divaneide Basílio (PT) também tem propostas em tramitação nesse sentido, como o projeto que assegura a garantia de acessibilidade comunicativa à mulher com deficiência auditiva e/ou visual, vítima de violência doméstica e familiar, e o que propõe “a valorização e o empoderamento das pessoas com deficiência nas peças publicitárias da Administração Pública direta e indireta do Estado”.

“A Assembleia Legislativa tem atuado de maneira constante na garantia dos direitos das pessoas com deficiência e, com nossa campanha, esperamos combater também junto à sociedade o capacitismo”, explicou Ezequiel Ferreira.

deficiência em concursos públicos e processos seletivos no estado.

Por outro lado, ainda há outras propostas em discussão para aprimoramento e aprovação no Legislativo, como a implantação de um programa de saúde mental para os cuidadores de pessoas com deficiência, iniciativa do deputado Neilton Diógenes (PP), que também propôs garantir o fornecimento de bengalas às pessoas com deficiência visual. Já o deputado Kleber Rodrigues (PSDB) propôs uma lei que garante o direito da pessoa com deficiência ou com transtornos mentais de ingressar e permanecer



Foto: Eduardo Maia

Legislativo Estadual já aprovou mais de 60 leis em prol das pessoas com deficiência



Colegiados são formados por deputados com auxílio do corpo técnico do Legislativo e atuam na elaboração, redação e regulamentação de leis

Comissões Legislativas da ALRN aprovaram 327 projetos só este ano

No primeiro semestre de 2024, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte apresentou um balanço das atividades realizadas pelas Comissões Permanentes. Ao todo, foram apreciados 335 projetos de lei, dos quais 327 foram aprovados e apenas 8 rejeitados até o início de junho deste ano.

Do total de proposições analisadas, 208 processos foram encami-

nhados das comissões para a Diretoria Legislativa. Desses, 122 foram enviados ao plenário para deliberação e 86 foram aprovadas e seguiram para sanção governamental.

As comissões permanentes desempenham um papel crucial no funcionamento eficaz do Poder Legislativo. Cada colegiado atua na elaboração, redação e regulamentação de leis.

A composição das comissões permanentes é estabelecida por acordo entre os deputados, garantindo a representação partidária proporcional máxima. Os órgãos técnicos da Assembleia Legislativa destinam-se principalmente a elaborar estudos e emitir pareceres. Essa é a principal função das comissões técnicas do Legislativo potiguar.

Contudo, os deputa-

dos do Rio Grande do Norte têm ampliado suas ações, levando as comissões para atuar junto à sociedade, fiscalizando as ações do Poder Executivo e discutindo diretamente soluções para os problemas encontrados em diversas áreas.

Com o auxílio do corpo técnico do Legislativo, as comissões se reúnem principalmente para realizar estudos

técnico-legislativos ou especializados sobre as propostas apresentadas, analisando e opinando sobre a validade das matérias.

Em 2024, os parlamentares têm buscado expandir a atuação das comissões, tratando diretamente com a sociedade para resolver as demandas e elaborando propostas que melhorem a qualidade de vida dos potiguares.

IMPORTÂNCIA DAS COMISSÕES

O chefe da Procuradoria Legislativa, Cesar Augusto da Costa Rocha, destacou a importância do trabalho das comissões permanentes no processo legislativo. Segundo ele, o exame minucioso de cada projeto nas comissões é crucial antes de sua apreciação no plenário.

O balanço do primeiro semestre reflete a eficiência e a produtividade das comissões da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, demonstrando um alto índice de aprovação das proposições legislativas e um encaminhamento eficaz dos processos.

TRABALHO PARLAMENTAR

As comissões parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) demonstram um compromisso com a implementação de políticas que beneficiem a sociedade, abordando questões de saúde, segurança, educação e direitos humanos.

Entre as matérias aprovadas, a CCJ também aprovou por unanimidade o projeto de criação do cadastro estadual de pedófilos, proposto pela deputada Cristiane Dantas (SDD). O cadastro será disponibilizado no site da Secretaria de Segurança e Defesa Social, permitindo que a população tenha acesso aos nomes de condenados por pedofilia, sem expor as vítimas. A medida foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) através da ADI 6620.

A Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública aprovou a campanha "CiberCuidado", da deputada Terezinha Maia (PL), destinada a prevenir crimes cibernéticos, especialmente os cometidos através do uso indevido de inteligência artificial. A campanha visa proteger crianças e adolescentes de assédios e outras formas de exploração online.

Já a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Socioeconômico aprovou o programa de profissionalização e reinserção no mercado de trabalho de pais ou responsáveis por pessoas com deficiência, em caso de falecimento destas. O projeto, de autoria do deputado Ubaldo Fernandes (PSDB), tem como finalidade promover parcerias com empresas, organizações e instituições governamentais e não-governamentais para a inserção efetiva dos participantes do programa no mercado de trabalho.

Outros destaques foram os projetos para as áreas de saúde e agricultura familiar. A deputada Terezinha Maia (PL) propôs a criação de um programa de diagnóstico e tratamento do linfedema no RN, que recebeu parecer favorável da CCJ.

Já a deputada Isolda Dantas (PT) teve aprovado o projeto que institui o programa Quintais Produtivos para mulheres rurais, com o objetivo de gerar renda e fortalecer a agricultura familiar.

Outro projeto relevante aprovado foi a criação da Rota Turística do Caranguejo no RN, de autoria do deputado Ubaldo Fernandes (PSDB). A proposta visa promover o turismo

sustentável e valorizar a cultura local, com a preocupação de garantir que as atividades turísticas não causem danos aos manguezais nem comprometam a sobrevivência de espécies locais.

Outro projeto aprovado foi o selo "Escolas Mais Seguras", de autoria do deputado Kleber Rodrigues (PSDB), que visa certificar instituições de ensino que adotam planos de evacuação e treinamentos para emergências. A Comissão de Defesa do Consumidor, dos Direitos Humanos e Cidadania (CDCDHC) aprovou a obrigatoriedade

da assinatura física de pessoas idosas em contratos de crédito firmados por meios eletrônicos ou telefônicos. A proposta, da deputada Cristiane Dantas (SDD), busca proteger os idosos de possíveis fraudes.

A Comissão de Saúde aprovou três projetos significativos, incluindo a realização do teste da urina em recém-nascidos, proposto pelo deputado Dr. Kerginaldo (PSDB), e a instituição de diretrizes para a política de atenção à saúde mental materna, de autoria de Ubaldo Fernandes (PSDB). Também foi aprovada a classificação da doença renal

crônica e a garantia de direitos e benefícios para pessoas com deficiência, proposta pelo deputado George Soares (PV).

A Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública aprovou a campanha "CiberCuidado", da deputada Terezinha Maia (PL), destinada a prevenir crimes cibernéticos, especialmente os cometidos através do uso indevido de inteligência artificial. A campanha visa proteger crianças e adolescentes de assédios e outras formas de exploração online.

Fotos: João Gilberto



Deputado Francisco do PT preside a Comissão de Educação da Casa

Detalhamento das atividades das comissões

Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR): Deliberou 205 projetos, com 201 aprovados e 4 rejeitados.

Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF): Analisou 16 projetos, com 15 aprovações e 1 rejeição.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Trabalho (CASPT): Avaliou 33 projetos, aprovando 32 e rejeitando 1.

Comissão de Educação, Ciências e Tecnologia, Desenvolvimento Socioeconômico, Meio Ambiente e Turismo (CECTDSMAT): Considerou 66 projetos, com 65 aprovações e 1 rejeição.

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Cidadania (CDCDHC): Deliberou 7 projetos, com 6 aprovações e 1 rejeição.
Comissão de Saúde (CS): Avaliou 8 projetos, todos aprovados.

Assembleia Legislativa aprova educação em tempo integral na rede pública estadual do RN

NOVO MODELO DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL VAI ARTICULAR CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TRABALHO E CULTURA, VISANDO GARANTIR A EFETIVAÇÃO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Os deputados estaduais do Rio Grande do Norte aprovaram, à unanimidade, o projeto de lei de autoria do Governo do Estado do RN que propõe a implantação da Política de Educação em Tempo Integral na Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte.

A proposta tramitou na Casa Legislativa em regime de urgência, e foi aprovada em plenário na Sessão Ordinária da última quinta-feira (6), e segue para sanção da governadora Fátima Bezerra.

O deputado estadual Francisco do PT, relator do projeto e presidente da Comissão de Educa-

ção, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Socioeconômico, Meio Ambiente e Turismo da ALRN, destaca a importância da nova política educacional aprovada pelos deputados. O projeto está alinhado ao Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023. A iniciativa delimita a ampliação das matrículas em tempo integral, oferecendo assistência técnica e financeira para gestores de todos os níveis de governo.

A proposta do Rio Grande do Norte estabelece a oferta de educação integral em todas as etapas e modalidades de



ensino, incluindo o ensino fundamental, médio, profissional e tecnológico, além da educação de jovens e adultos e a educação de campo, indígena e quilombola.

A jornada escolar será ampliada para um mínimo de sete horas e um máximo de nove horas diárias. A perspectiva é oferecer uma educação integral que desenvolva as diversas dimensões do aluno, em uma escola

inclusiva e plural.

O projeto destaca a importância de parcerias com instituições governamentais, civis e comunitárias para potencializar os espaços e tempos educativos. Também enfatiza a construção participativa do Projeto Político-Pedagógico, visando o respeito aos direitos humanos e à promoção da igualdade racial, de gênero e social.

“Dar as condições

para que esse tipo de ensino possa acontecer é fundamental para que possamos entregar aos nossos jovens educação de qualidade, que ofereça muito mais do que o ensino regular. Portanto, fico muito feliz com essa aprovação”, diz o parlamentar.

De acordo com o projeto do Poder Executivo, a política se propõe a reduzir a evasão e promover a aprendizagem con-

Fotos: João Gilberto



DAR AS CONDIÇÕES
PARA QUE ESSE
TIPO DE ENSINO
POSSA ACONTECER
É FUNDAMENTAL
PARA QUE
POSSAMOS
ENTREGAR AOS
NOSSOS JOVENS
EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE, QUE
OFEREÇA MUITO
MAIS DO QUE O
ENSINO REGULAR.
PORTANTO, FICO
MUITO FELIZ COM
ESSA APROVAÇÃO

DEPUTADO
FRANCISCO DO PT

tínua, demonstrando o comprometimento gradual e sistêmico do Estado com a melhoria dos índices educacionais. A educação em tempo integral para o ensino médio terá dimensão politécnica, que articule ciência, tecnologia, trabalho e cultura, visando garantir a efetivação do ensino médio integrado na sua perspectiva teórica, política e histórica.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, APROVADA PELA ALRN, SERÁ OFERTADA PELA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO EM TODAS AS ETAPAS E MODALIDADES. A SABER:

- Ensino fundamental integral (EFI);
- Ensino médio integral (EMI);
- Educação profissional e tecnológica (EPT);
- Educação de jovens e adultos (EJA);
- Educação de campo, indígena e quilombola (ECIQ).

O projeto explica ainda que o ensino por tempo integral é caracterizado como a “estrutura de funcionamento de uma escola que tem uma jornada escolar ampliada de, no mínimo sete horas e o máximo de nove horas”. Para o ensino médio há ainda a determinação de ter dimensão politécnica, o que permitirá à unidade ofertar a ideia de ensino médio integrado, promovendo ciência, tecnologia, trabalho e cultura.

Fotos: João Gilberto



Novo espaço funciona no anexo da Assembleia, localizado no Tirol, e oferece atendimento psicológico, jurídico e de assistência social

PROMULHER

ganha novo espaço e facilita acesso a serviços

Criada para oferecer suporte na defesa da igualdade de gênero, da autonomia, empoderamento e representação das pessoas que se identificam com o sexo feminino, bem como no enfrentamento a todas as formas de discriminação e violência praticada contra elas, a Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (Promulher) agora oferece seus serviços em uma nova sala.

O novo espaço, no anexo da Rua Jundiá, número 481, Tirol, foi projetado para facilitar o acesso das mulheres a todos os serviços dispo-

nibilizados. Funcionando das 9h às 13h, elas agora podem contar, num só lugar, com os três tipos de atendimentos qualificados para as suas necessidades através do suporte técnico e estrutural deste órgão da ALRN.

Na nova sala, inclusive, foram recepcionadas representantes dos Legislativos de Macaíba e Bodó, buscando a interiorização dos serviços. A vereadora macaibense Ismarleide Fernandes Duarte e a secretária de Planejamento municipal, Caroline Romana, externaram o projeto para a Deputada Cris-

tiane Dantas. “Já existia o projeto de levar a Procuradoria para o município e lá na feira achamos interessante o stand da Assembleia. Hoje viemos para saber o que é necessário para instalar a Procuradoria da Mulher em Macaíba”, disse Caroline Romana. No segundo encontro, com a presidente da Câmara dos Vereadores de Bodó, Camila Luiz, a vereadora também tirou suas dúvidas sobre o funcionamento.

Para facilitar ainda mais o acesso aos serviços, não é obrigatório o agendamento e aquelas que preferirem podem entrar em contato atra-

vés do WhatsApp (84) 98896-0402. “Esse novo espaço com atendimento psicológico, jurídico e de assistência social, facilita o acesso das mulheres aos nossos serviços e torna a Assembleia Legislativa mais próxima de quem precisa e mais engajada na defesa das mulheres vítimas de violência”, destacou a Procuradora Especial da Mulher, deputada Cristiane Dantas (SDD), por ocasião da instalação da nova sala.

A coordenadora do Promulher, Samya Bastos, explicou que um dos objetivos do novo espaço foi proporcionar o aumento da demo-

cratização do serviço prestado. “Para muitas mulheres, o Poder Legislativo significa muita formalidade, o que acaba afastando muitas delas. Elas temem se deslocar para a nossa sede, já que muitas vivem em situação de vulnerabilidade e não se sentem à vontade”, afirma.

O atendimento jurídico já era feito no Anexo Jundiá. Com a nova sala, todos os serviços passaram a funcionar num único local, com maior espaço. São três salas, incluindo uma brinquedoteca, onde os filhos podem ficar se distraíndo enquanto aguardam suas mães.

Fotos: João Gilberto



Procuradoria da Mulher em São José de Mipibu foi a primeira a ser instalada dentro do processo de interiorização

INTERIORIZAÇÃO

No RN, a Promulher agora expande sua atuação com a interiorização dos serviços. Até o momento, duas procuradorias municipais já foram instaladas com o apoio do Legislativo do RN. São José do Mipibu, na Região Metropolitana de Natal, foi pioneiro ao aprovar um projeto de resolução na Câmara Municipal, criando a sua Procuradoria Municipal da Mulher. Assim, em março deste ano tornou-se apto a receber toda capacitação e orientação da ProMulher da ALRN para instalação e funcionamento do órgão.

A implantação do órgão aconteceu durante sessão solene realizada na Câmara Municipal e

contou com a presença do prefeito José Figueiredo, de vereadores do município, dos integrantes da ProMulher/ALRN, de autoridades e representantes de órgãos voltados ao combate à violência contra a Mulher.

Em São José de Mipibu, a Procuradoria da Mulher tem como procuradora a vereadora Carla Simone Gomes, presidente da Câmara Municipal e como procuradoras adjuntas as vereadoras Verônica Senra e Duce Rodrigues e funcionará na sede da Câmara Municipal, localizada no Centro da cidade.

No mesmo mês, foi a vez de Jardim do Seridó. Com uma bancada de nove vereadores, sendo

apenas uma mulher, o município é o segundo do Estado a aprovar um projeto de Lei no Parlamento, criando a Procuradoria Municipal da Mulher e agora está apto a receber toda capacitação e orientação da ProMulher da ALRN para instalação e funcionamento do órgão.

O Promulher da ALRN segue um movimento nacional. A Câmara dos Deputados teve a sua procuradoria criada em 2009, com destaque, nas suas atribuições, para fiscalizar as políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero, além de receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de discriminação e violência contra a mulher.

Fotos: João Gilberto



Procuradora Especial da Mulher, deputada Cristiane Dantas



Espaço conta com brinquedoteca em uma das salas

MANUAL DE BOAS PRÁTICAS

Espaço no qual a convivência harmoniosa e o respeito mútuo são essenciais para o bom funcionamento das atividades legislativas, na Assembleia Legislativa, como em qualquer ambiente institucional, podem ocorrer situações de violência institucional, que incluem assédio moral, sexual, discriminação, abuso de poder, entre outras.

É para prevenir estas situações, promover a cultura de respeito e ética, que a Casa vai lançar, através da Promulher, o Manual de Boas Práticas Comportamentais. A cartilha visa desenvolver diretrizes claras e práticas para prevenir e lidar com situações de violência institucional, bem como promover a conscientização e a educação contínua dos funcionários e membros da Assembleia sobre comportamentos adequados e inaceitáveis, entre outros.

O grupo de trabalho foi formado pela coordenadora do Promulher Samya Bastos, além de Isis Carla Libânio de Melo, Jussara Chaves Câmara Mendonça, Kássia Kamilla de Moura e Raphaele Brites.



Audiência Pública abordou iniciativas que podem ampliar a quantidade de material reciclado e a redução de resíduos

Legislativo debate Responsabilidade Compartilhada de Resíduos Sólidos

Diante da preocupação com o meio ambiente, o contexto de sustentabilidade tem sido disseminado e cada vez mais difundido em todas as esferas. Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, a Responsabilidade Compartilhada de Resíduos Sólidos foi tema de audiência pública proposta pelo deputado Hermano Moraes (PV), no âmbito da Frente Parlamentar para Gestão Inteligente. O Legislativo reuniu au-

toridades e a população para tratar sobre o tema, principalmente sobre iniciativas que possam ampliar a quantidade de material reciclado e a redução de geração de resíduos.

A reciclagem desempenha um papel crucial na preservação do meio ambiente e na economia de recursos naturais, além de contribuir para a redução dos resíduos sólidos nos aterros sanitários. No Brasil, a prática da reciclagem

ainda enfrenta inúmeros desafios, mas seu impacto positivo é inegável. Segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), o Brasil gerou aproximadamente 82,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos em 2021. Deste total, apenas cerca de 4% foram reciclados.

Através da reciclagem, materiais que seriam descartados podem ser transformados em novos

produtos, diminuindo a extração de matérias-primas e a emissão de gases poluentes, fundamentais na luta contra as mudanças climáticas. Apesar de a coleta seletiva estar presente em 67% dos municípios brasileiros, a taxa de reaproveitamento ainda é considerada baixa em comparação com países desenvolvidos. Para se ter uma ideia, na União Europeia, a média de reciclagem de resíduos sólidos urbanos é de 47%.

Esses números evidenciam a necessidade de políticas mais eficazes e de maior conscientização pública.

“Essa é uma discussão pautada em todo o mundo e precisamos agir com responsabilidade social para darmos condições dignas de vida às pessoas que habitarão esse mundo no futuro. Temos uma grande quantidade de resíduos que precisam ser melhor destinados, transformando esse de-



safio em oportunidades para a sociedade”, disse o deputado Hermano Moraes.

No Rio Grande do Norte, o cenário é um pouco melhor do que na média brasileira. De acordo com o professor e pesquisador Handson Dias Pimenta, do IFRN, o estado produz 25 mil toneladas de resíduos recicláveis por mês processados, em especial papelão, metais ferrosos e resíduos da construção civil. De acordo com o ele, 18% é o atual percentual de reciclabilidade e, com esses números, 4 mil empregos diretos e 18 mil indiretos são gerados. Contudo, segundo ele, o potencial de reciclagem no Rio Grande

do Norte, levando em consideração a composição dos resíduos produzidos, pode chegar a 45% do total.

Assim como no restante do país, diversos fatores dificultam o avanço da reciclagem no Rio Grande do Norte. Na audiência, foi destacada a falta de infraestrutura adequada para a coleta e processamento dos resíduos recicláveis. Muitas cidades não possuem sistemas eficientes de coleta seletiva, o que impede que os materiais recicláveis sejam separados corretamente na fonte. Além disso, há uma carência de incentivos econômicos para que empresas invistam em tecnologias de reci-

clagem e para que a população adote práticas sustentáveis no dia a dia, apesar do Rio Grande do Norte ter definido a reciclagem como uma atividade essencial e fornecendo desconto de ICMS através de uma adequação do Proedi.

Outro obstáculo significativo é a falta de educação ambiental entre a população.

Embora existam campanhas de conscientização, ainda é comum que muitos não saibam

como separar adequadamente o lixo ou não entendam a importância da reciclagem.

Durante a audiência, ficou claro também outro problema pelo qual passa o estado: a informalidade de parte dos catadores, que desempenham um papel fundamental na cadeia de reciclagem.

Esse é considerado um desafio, já que eles muitas vezes trabalham em condições precárias e sem apoio institucio-

nal.

“O que foi discutido aqui foi anotado e vamos procurar atender as demandas prioritárias. O que for possível se apresentar projeto de lei, faremos, assim como também acionaremos os órgãos competentes através de requerimentos. O mais importante é criar a consciência coletiva em prol desse trabalho com foco na geração que hoje vive na Terra e nas que virão”, disse Hermano Moraes.

Fotos: João Gilberto



Integrantes de associações de catadores participaram do debate

UNIDADE DE TRIAGEM DE RESÍDUOS

Fundada em dezembro de 2019, a Unidade de Triagem de Resíduos localizada em Arez, município distante 62 quilômetros de Natal, tem o objetivo de dar destinação adequada aos resíduos sólidos, capacitar e gerar renda para catadores de material reciclável, implantar uma cultura de coleta seletiva e prover insumo para a indústria de reciclagem. O espaço foi criado por meio de uma parceria do SESI,

por meio do seu Departamento Nacional e o Regional, junto ao Sistema FIERN, ao SindiRecicla, empresários, associação e Prefeitura de Arez.

A Unidade processa atualmente 25 toneladas de material reciclado por mês e dentre os principais resíduos recebidos no local estão o papelão, o plástico, o ferro, o alumínio e o vidro. Além do próprio município de Arez, a Unidade também atua em cida-

des circunvizinhas. “Existe um convênio também com a associação dos hotéis e pousadas de Pipa e da região de Tibau do Sul e Goianinha”, explica Etelvino Patrício, presidente do Sindicato das Indústrias de Reciclagem e Descartáveis do Estado do Rio Grande do Norte (SindiRecicla), acrescentando que atualmente 15 famílias de catadores que dependem do trabalho realizado na Unidade.



Exposição terá 22 peças originais do maior escultor popular potiguar, Xico Santeiro, oriundas de acervos particulares de colecionadores

Além do imaginário: ALRN abre a sua mais nova mostra cultural

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte abrirá ao público, nesta segunda-feira (10), a partir das 15h, no Salão Nobre, a mais nova mostra cultural, na qual abordará a importância da obra do maior escultor popular potiguar, Joaquim Manoel de Oliveira, o grande Xico Santeiro (1898-1966), como fator determinante para a evolução da nossa arte popular. Na ocasião, além da ilustre presença de familiares do artista, os professores e pesquisadores Antônio Mar-

XICO SANTEIRO

Xico Santeiro, pseudônimo de Joaquim Manoel de Oliveira (1898-1966), é um dos mais importantes ícones da arte popular. Aprendeu a profissão de escultor com o pai e começou esculpindo imagens religiosas em ma-

deira para igrejas, capelas e oratórios domésticos e depois expandiu o repertório para temas regionais.

Na tradição secular dos 'santeiros' ou 'imaginários', se tornou, nas décadas de 1950 e 1960, um dos primei-

ros artistas populares a ter seu talento reconhecido e sua obra valorizada, tanto no Rio Grande do Norte como no Brasil, criando uma escola que marca até hoje a cultura vernacular norte-rio-grandense.



ques e Everardo Ramos participarão de uma mesa redonda sobre o tema da mostra: "Além do imaginário: a arte popular potiguar, antes e depois de Xico Santeiro".

A exposição, que se estenderá até o dia 21 deste mês, reunirá 22 peças de Xico Santeiro, oriundas dos acervos particulares dos colecionadores Haroldo Maranhão, Augusto Viveiros, Francisco Francinildo e

Alexandre Gurgel.

"Vale ressaltar que essas coleções particulares jamais foram reunidas numa única mostra, com destaque para as peças que pertenceram ao ex-prefeito de Natal e ex-deputado estadual Djalma Maranhão, hoje sob a guarda do arquiteto Haroldo Maranhão", revela o jornalista Alexandre Gurgel, chefe do Núcleo Historiográfico da Cultura Potiguar Pre-

sidente Café Filho, que faz parte da divisão do Memorial Legislativo.

Além das peças produzidas por Xico Santeiro, outras mais estarão expostas oferecendo aos visitantes uma cronologia singular desde os primórdios da nossa arte popular passando por grandes nomes que vieram pós-era Xico Santeiro até chegar à produção atual dos novos talentos da escul-

tura popular potiguar. Essa vasta reunião, de 31 artistas catalogados, é proveniente dos colecionadores já citados, somada aos também destacados acervos do professor Antônio Marques, do Padre Jocimar Dantas e do escritor Lívio Oliveira.

Participam da mostra obras dos artistas Xico Santeiro, Ana Dantas, Ângelo, Ambrósio Córdula, Benedito Constantino,

Chico de Mané de Rita, Chico Santeiro (Carris Novos), Daniel Alves, Francisco Santos, Geicifran Azevedo, Gean Rocha, Gregório, Ivan do Maxixe, JJ (José Joaquim), Jordão, José Jordão, Juciê Brasa, Júlio Cassiano, Luzia Dantas, Manxa, Maria Ferreira, Neném de Chicó, Paulina Diniz, Ramiro Barbosa, Santana, Sebastião Figueiredo, Sinval, Sombra, Teodora, 'Ureia' (Antônio Rocha) e Zé Santeiro.

Organização internacional destaca trabalho do setor de TI da Assembleia do RN

Fotos: Eduardo Maia

O e-Legis, sistema de processo legislativo eletrônico criado pela Diretoria de Tecnologia da Assembleia Legislativa do RN, foi destaque no portal da Fundação POPVOX. A organização internacional que tem como objetivo principal apoiar a inovação no governo e no envolvimento cívico em todo o globo destacou a ferramenta potiguar na edição mais recente da sua newsletter editada mensalmente - ModParl. O destaque foi dado na seção destinada às "Atualizações de Modernização".

O texto destaca que as "características mais inovadoras são as ferramentas que conectam efetivamente os legisladores ao público. Por exemplo, um legislador que está se preparando para visitar seu distrito eleitoral encontra facilmente dados sobre todo o trabalho que realizou para beneficiá-lo, incluindo emendas e votos. Os legisladores também podem acessar suas atividades audiovisuais de comissões e plenário para editar e enviar aos eleitores por meio do WhatsApp ou redes sociais" - tradução literal.

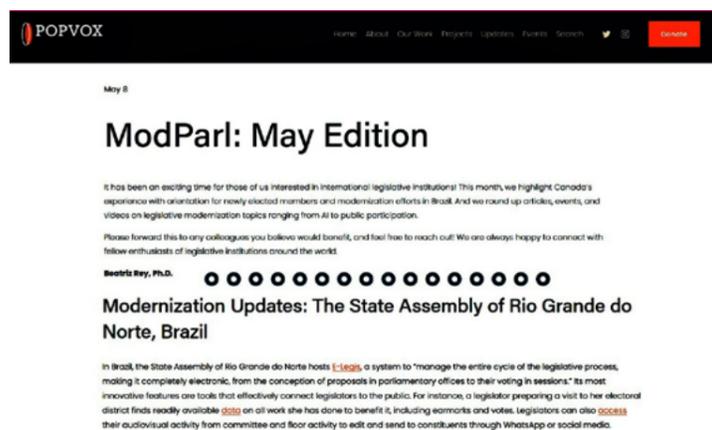
O ModParl é um fórum criado para promover o diálogo entre profissionais legislativos, funcionários atuais e antigos, acadêmicos, jornalistas e entusiastas da modernização.

"Este reconhecimento da Fundação POPVOX destaca nosso compromisso com a inovação e a transparência no processo legislativo," afirma o diretor de Gestão Tecnológica da ALRN, Márcio Sérgio Gurgel.

O sistema também



Sistema de processo legislativo eletrônico, o e-Legis, já foi disponibilizado para outros legislativos do país



Assembleia foi destaque no portal da Fundação POPVOX

foi destaque, em 2022, em um dos mais importantes seminários sobre a tecnologia voltadas às casas legislativas do mundo. O diretor de Gestão em Tecnologia, Márcio Sérgio Gurgel, expôs as ferramentas criadas no Legislativo potiguar durante a 3ª Edição do LegisTech Forum, em conferência da Bússola Tech, contando com representantes de casas legislativas de 40 países.

O e-Legis é um sistema da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN) que

automatiza tarefas relacionadas à gestão de documentos, processos, reuniões e votações. O sistema também permite aos utilizadores criar consultas, relatórios e análises de resultados para acompanhar e divulgar os trabalhos parlamentares. É um sistema eletrônico que gerencia a atividade legislativa de forma digital, desde o nascimento no gabinete parlamentar, seguindo todo o trâmite, até o arquivamento, sem uso de papel e sem possibilidades de



Márcio Sérgio Gurgel, diretor de Gestão Tecnológica

extravio ou interferência manual. Em 2021, o e-Legis foi premiado com o Prêmio Unale Assembleia Cidadã.

Com o e-Legis, a partir da utilização do sistema, com apenas um clique, o deputado pode fazer um levantamento de toda a sua atividade parlamentar que envolva o Processo Legislativo, facilitando o desenvolvimento do seu trabalho e prestação de contas à sociedade. Outro ponto positivo é sobre a integração do sistema e-Legis com o Painel eletrônico do Ple-

nário Clovis Motta, possibilitando o acesso à informação do que ocorre nas sessões. O e-Legis também conta com o Legis Doc, que digitaliza os documentos existentes, e com Legis Vídeo, um cadastro de vídeos das atividades ocorridas na Assembleia.

O sistema E-Legis já foi concedido à Câmara Municipal de Bauru e a outros legislativos do país como as Assembleias de Santa Catarina, São Paulo e Câmaras Municipais aqui no Estado.



Evento reúne representantes das Câmaras Municipais e contará com palestras e discussões com especialistas na área

III Encontro de Representantes das Escolas do Legislativo do RN abordará práticas de gestão e estratégias de ensino

Com o tema “Fortalecendo a Educação Legislativa”, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALRN), através da Escola da Assembleia Legislativa do RN (EALRN), promoverá o III Encontro de Representantes das Escolas do Legislativo do RN, no dia 20 de junho de 2024, das 9h às 17h30min, no hotel Holiday Inn.

“A educação legislativa desempenha um papel vital no fortalecimento das instituições democráticas e na promoção da cidadania ativa. No contexto do Rio Grande do Norte a temática assume uma importância ainda maior, refletindo a necessidade de aprimorar as

práticas e os conhecimentos no âmbito legislativo”, explica o diretor da EALRN, José Bezerra Marinho.

O Encontro, organizado pela EALRN já se consolidou como um seminário tradicional das Escolas Legislativas Potiguaras. Na oportunidade, os representantes das câmaras municipais participam de uma verdadeira imersão, focando na troca de experiências entre escolas já em funcionamento (ou em fase de implementação), bem como gestores de câmaras municipais, com o objetivo de fortalecer a educação legislativa no Rio Grande do Norte.

Uma programação rica e

diversificada, abordará desde práticas de gestão até estratégias de ensino voltadas para o contexto legislativo, que incluirá palestras, discussões com especialistas na área. Cerca de 150 participantes são esperados.

“É com grande satisfação que anunciamos a realização do III Encontro de Representantes das Escolas do Legislativo do Rio Grande do Norte. Este evento é importantíssimo para o crescimento da educação legislativa em todas as regiões do nosso estado, além de ser um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, transparente e participativa. Capacitar nossos ve-

readores, servidores públicos e gestores das câmaras municipais é investir no futuro do Rio Grande do Norte. Eles são os responsáveis por elaborar leis, fiscalizar a administração pública e, acima de tudo, atender às demandas da nossa população com eficiência e responsabilidade”, afirma o presidente da ALRN, deputado Ezequiel Ferreira.

As inscrições são gratuitas, através do link <https://forms.office.com/r/Vy1FMGTjgW> e as vagas são limitadas para servidores de câmaras municipais. É importante garantir a participação o quanto antes, dado o número restrito de vagas.

Usar expressões que banalizam a deficiência é

CAPACITISMO

INFORME-SE.
APRENDA.
NÃO FAÇA.

Toda a discriminação, violência ou atitude contra a pessoa com deficiência, tem nome: é capacitismo. Tratar pessoas com deficiência como se fossem heróis, contratar apenas para cumprir uma cota ou qualquer piada envolvendo deficiência, é capacitismo. Somente no RN, quase 30% da população tem algum tipo de deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão está presente para garantir os seus direitos. E um deles é o respeito às diferenças. Esta é uma campanha anticapacitista promovida pela ALRN.



Acesse o QR Code
ou @assembleiarn
e saiba mais.



Rio Grande do Norte
Assembleia Legislativa